

Comissões elegem presidentes e preparam agenda de debates

Depois de escolher seus novos dirigentes, as 11 comissões permanentes do Senado já estão marcando atividades para esta e a próxima semana e definindo temas que devem orientar os debates legislativos neste semestre. Alguns desses colegiados pretendem aumentar o número de reuniões para esvaziar a pauta e outros planejam realizar audiências públicas para subsidiar o exame de propostas. **4 a 6**

CAE – GARIBALDI ALVES



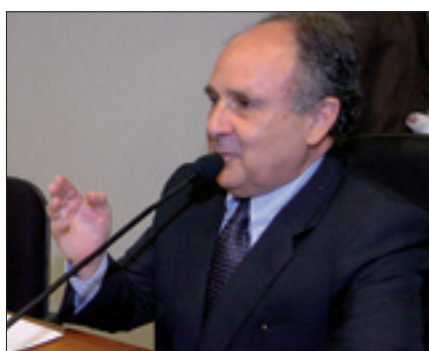
Márcia Kallume

CCJ – DEMOSTENES TORRES



Márcia Kallume

CDH – CRISTOVAM BUARQUE



J. Freitas

CI – FERNANDO COLLOR



J. Freitas

CRE – EDUARDO AZEREDO



José Cruz

CE – FLÁVIO ARNS



Márcia Kallume

CAS – ROSALBA CIARLINI



J. Freitas

CDR – LEOMAR QUINTANILHA



José Cruz

CCT – FLEXA RIBEIRO



José Cruz

CRA – VALTER PEREIRA



Márcia Kallume

CMA – RENATO CASAGRANDE



Márcia Kallume

Em dez comissões, o presidente foi eleito por acordo que levou em conta a proporcionalidade das bancadas – os partidos com mais senadores tiveram preferência para escolher suas comissões. Houve disputa apenas na Comissão de Serviços de Infraestrutura, onde Fernando Collor venceu a candidata do PT, Ideli Salvatti

Tuma é reconduzido ao cargo de corregedor do Senado **7**

CPI da Pedofilia toma depoimentos em Belém **2**

Nery cobra intervenção do governo contra demissões **8**

Gerônimo Maggela



Sob a presidência de Sarney (foto acima), o Plenário vota indicação de autoridades

Gerônimo Maggela

Aprovados nomes para agências e embaixadas

Pauta continua trancada por medidas provisórias, entre elas a que reforça a Caixa Econômica Federal com recursos para aplicar na construção civil. **3**

Magno Malta, Tuma, Demostenes, José Nery e Mesquita Júnior investigam, em Belém, denúncias contra deputado estadual, irmão de governadora e outras autoridades locais

Em diligência no Pará, CPI da Pedofilia toma depoimentos

MAGNO MALTA (PR-ES), Romeu Tuma (PTB-SP), Demostenes Torres (DEM-GO), José Nery (PSOL-PA) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) devem participar da tomada de depoimentos de envolvidos em denúncias de pedofilia no Pará.

Os senadores, que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, começam as diligências em Belém, hoje, em reunião com membros do Tribunal de Justiça do estado. Em seguida, darão início à tomada de depoimentos, por um período de três dias.

Malta, presidente da CPI, destacou que o trabalho a ser realizado no Pará visa fortalecer a investigação realizada pela polícia paraense e romper possíveis pressões devido ao envolvimento de autoridades locais nas denúncias.

Em dezembro, a Promotoria da Infância e Juventude do Pará pediu a abertura de inquérito contra o deputado estadual Luiz Afonso Sefer (DEM), acusado de abusar sexualmente de uma



Romeu Tuma (E) e Magno Malta ouvirão envolvidos em denúncias de pedofilia

menina de 13 anos. A CPI também convocou para depor, entre outros, João Carlos Vasconcelos Carepa, irmão da governadora Ana Júlia, citado no caso.

Em entrevista à Agência Senado, Romeu Tuma lembrou que denúncias de exploração sexual de menores no estado são sistematicamente investigadas pela Polícia Federal.

– Quando fui delegado da Polícia Federal, fizemos diversas operações no Pará, de resgate de menores em bordéis, em bares. Esse quadro amargo persiste e, nessas denúncias recentes, é pre-

ciso apurar com rigor. Precisamos apoiar as autoridades policiais, os juízes, para impedir que esse mecanismo tão deprimente tenha continuidade – disse.

Olavo Pires

Na viagem ao Pará, Tuma também tratará de investigação em torno do assassinato do senador Olavo Pires, ocorrido em 1990.

– Foi preso em Belém mais um elemento da quadrilha responsável pelo crime e eu estarei lá, acompanhando o caso por deliberação da Presidência do Senado – informou.

Em Catanduva, investigação será retomada no dia 16

A CPI da Pedofilia aprovou requerimentos convocando pessoas citadas em investigação sobre abuso sexual de crianças em Catanduva (SP). De acordo com o presidente do colegiado, Magno Malta, integrantes da CPI devem ir à cidade entre os dias 16 e 18, quando também poderão ouvir familiares das vítimas.

O senador relatou viagem realizada a Catanduva esta semana, na qual conversou com a juíza Suely Juarez Alonso, responsável pelo caso, com mães das crianças abusadas e também com José Barra Nova de Melo, preso pela prática do crime.

Malta apontou falhas no primeiro inquérito realizado na cidade e manifestou o apoio da CPI à decisão da juíza de reabrir o caso. Ele também revelou a suspeita de existência de uma

rede de pedofilia na região, envolvendo um médico e diversos empresários locais.

Ontem, foram aprovados requerimentos de convocação e pedidos de transferência de sigilo telefônico do médico Wagner Rodrigo Gonçalves e do empresário José Emanuel Volpon Diogo, da Usina de Açúcar e Álcool Cerradinho, entre outros.

O borracheiro José Barra Nova de Melo também será convocado a depor. Ele responde a processo pelo mesmo crime em Minas Gerais, e foi classificado por Malta como “um arquivo vivo”. Para o senador, Melo estaria recebendo apoio para ocultar o nome de “pessoas ricas da cidade” que abusaram sexualmente das crianças.

Por sugestão do vice-presidente

da CPI, senador Romeu Tuma, foi aprovado requerimento para realização de audiência pública em Catanduva, que terá a participação dos responsáveis pelas investigações.

Tuma destacou que a comissão busca agir em harmonia com as autoridades locais e dentro das regras legais, no sentido da construção de “uma filosofia única de apuração”.

– Precisamos fazer as coisas com muita cautela, dentro do que manda o regimento [do Senado, no que se refere ao trabalho das CPIs] e do que manda a lei, pois qualquer erro pode beneficiar esses malandros safados, de alto poder aquisitivo, que abusam de crianças. Esses criminosos precisam ser presos e afastados totalmente da sociedade – frisou Tuma.

Exedito Júnior cobra decisão sobre sequestro-relâmpago

Ao comentar informações da imprensa que apontam para o crescimento do registro de sequestros-relâmpago no Distrito Federal, o senador Exedito Júnior (PR-RO) pediu prioridade para a votação de projeto de lei de sua autoria (PLS 54/04) que tipifica esse crime.

– Esse é um dos crimes que mais têm preocupado a sociedade, principalmente porque o Código Penal não prevê a sua tipificação. E não é um problema apenas do DF, mas de muitos estados do Brasil – afirmou.

O projeto, que já passou pela Câmara dos Deputados, prevê pena de reclusão de seis a 12 anos e multa se o crime for co-

metido mediante restrição da liberdade da vítima; se resultar em lesão corporal grave, a pena é de 16 a 24 anos de reclusão; no caso de morte, de 24 a 30 anos.

O presidente do Senado, José Sarney, informou que o projeto está pronto para entrar na pauta do Plenário.

Exedito Júnior também criticou o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que estaria “na contramão da história” ao fechar indústrias madeireiras de Rondônia em um período de crise econômica mundial.

– Fechar uma indústria madeireira hoje é jogar todos os madeireiros do estado de Rondônia



Exedito Júnior é autor do projeto, que está pronto para ser votado

na vala comum, como se fossem bandidos. Não é justo – reclamou Exedito, frisando que o setor é responsável por 20% da arrecadação do estado.

O senador manifestou ainda preocupação com o atraso na retomada das obras da BR-319, tema sobre o qual disse ter conversado com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.

Valadares pede mais combate à violência para incentivar turismo

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu o combate à violência como forma de incentivar o turismo e promover o desenvolvimento do país.

O senador comemorou o anúncio, pela imprensa, de que o Brasil ocupa o segundo lugar em matéria de competitividade turística na América Latina, atrás apenas da Costa Rica. Mas lamentou que “os altos índices de violência inviabilizem o aproveitamento do potencial do país na área”. Valadares citou ainda um outro ranking, de países que chamam a atenção do turista pela organização e tranquilidade, e que é liderado pela Suíça, seguida por Áustria, Alemanha,



Gerardo Magalhães

O turismo é um dos maiores fatores de desenvolvimento, diz Valadares

França e Canadá.

– Esses países dão um exemplo de como a boa governança, as condições sociais equilibradas, a educação e a saúde podem interferir na atração turística.

César Borges denuncia série de assassinatos no sul da Bahia

Uma série de assassinatos já fez seis vítimas na cidade de Teixeira de Freitas e arredores, no extremo-sul da Bahia, afirmou César Borges (DEM-BA). De acordo com o senador, “os crimes estão interligados e começaram com o assassinato do ex-deputado estadual Maurício Cotrim Guimarães, em 2007, na cidade de Itamaraju”.

– Dizem que há uma lista. Após esses seis assassinatos, os próximos seriam o deputado federal Uldorico Pinto, que denunciou a pistolagem, o deputado estadual Getúlio Ubiratan, que recebeu ameaças, e o bispo de Teixeira de Freitas, que denunciou os crimes em seus sermões – disse.

Segundo o jornal *Correio da*



Gerardo Magalhães

César Borges: ex-deputado estadual foi a primeira vítima de “pistolagem”

Bahia, Maurício Cotrim teria tomado empréstimo de R\$ 100 mil com ciganos, em 2004, a pedido de frei Dilson Santiago, então candidato a prefeito da cidade. O não-pagamento da dívida teria provocado sua execução.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia mulheres com prêmio

Às 10h, sessão solene do Congresso comemora o Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março. Durante a sessão haverá a entrega do Prêmio Bertha Lutz a cinco personalidades femininas que prestaram relevante serviço na garantia dos direitos femininos em 2008: Lily Marinho, Sônia Ribeiro, Elisa Lucinda, Cléa Carpi e Neide Castanha. Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta está trancada pelo projeto de lei de conversão proveniente da medida provisória que dispensou a Caixa Econômica Federal de recolher parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio, e pela MP que alterou o prazo de pagamento de impostos e contribuições federais.

Sarney recebe presidentes de empresas

O presidente do Senado, José Sarney, preside, às 11h, reunião da Mesa diretora. Às 12h, recebe o presidente da empresa Alcoa Brasil, Franklin Feder; e, às 13h, participa de almoço oferecido pelo representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Vincent Defourny, às agraciadas com o Prêmio Bertha Lutz. Às 15h, o senador recebe o presidente da Telecom Itália, Gabrielle Galateri, e, às 16h, preside a ordem do dia.

Convite para ministro esclarecer caso Battisti

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne às 10h para discutir e votar dez itens em pauta, entre eles, três requerimentos e sete projetos de decreto legislativo. O primeiro item é o requerimento do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) que solicita o comparecimento do ministro da Justiça, Tarso Genro, à comissão para prestar esclarecimentos sobre o caso Cesare Battisti.

Casagrande cobra esforço conjunto contra a violência

Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que a questão da violência, que atinge todas as camadas sociais, deve ser enfrentada em uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade organizada. A seu ver, devem ser elaboradas e adotadas políticas públicas de valorização da vida humana, de promoção da cidadania e da justiça social.

O senador enalteceu o lançamento da Campanha da Fraternidade, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tem como tema Fraternidade e Segurança Pública, sob o lema "A Paz é fruto da Justiça". Casagrande destacou o trabalho



Renato Casagrande enaltece tema da Campanha da Fraternidade

da comissão de juristas que atua na proposição de um novo Código de Processo Penal: "Este é o momento de fazermos uma reflexão coletiva sobre o tema da violência".



Oposição está tentando antecipar as eleições de 2010, aponta Gilvam

Gilvam defende viagens de Dilma para inaugurações

A seriedade e a excelência do trabalho desenvolvido pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, a credenciam a presidir o Brasil. Foi o que disse Gilvam Borges (PMDB-AP), que apoia a candidatura da ministra, e defendeu o direito de ela viajar para inaugurar obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para o senador, a oposição tenta antecipar as eleições de 2010. Ele observou que, da mesma maneira que o presidente Lula e a ministra se reuniram com titulares dos executivos municipais, o governador de São Paulo, José Serra, promoveu encontro com 500 prefeitos.

Raimundo Colombo diz que oposição cumpre seu dever

Raimundo Colombo (DEM-SC) rebateu afirmação de Gilvam Borges (PMDB-AP) de que a oposição é raivosa e não apresenta soluções. Segundo Colombo, esse tipo de oposição radical foi feito pelo PT, e observou que tanto governistas quanto opositores são importantes para o equilíbrio.

– Não é essa a nossa linha de atuação. Quando a oposição tenta impedir o governante de governar, ela destrói. O papel da oposição é apontar alternativas, fazer o contraponto e, às vezes, endurecer o jogo quando agredida em seus princípios – disse. Em sua avaliação, a oposição tem cumprido bem seu dever.



Papel dos partidos opositores é apontar soluções, conforme Colombo

Senadores acatam indicação de nove embaixadores, entre eles o primeiro representante sul-americano na Coreia do Norte, e de diretores para agências reguladoras e o Dnit

Senado aprova embaixador para a Coreia do Norte

A INDICAÇÃO DO diplomata Arnaldo Carrilho para o cargo de embaixador na Coreia do Norte foi aprovada pelo Senado. Com a decisão, o Brasil passa a ser o primeiro país sul-americano a contar com uma embaixada em Pyongyang, a capital coreana.

Os senadores aprovaram, também ontem, outras oito indicações para embaixadores: a de Edmundo Sussumu Fujita para a Coreia do Sul; a de Everton Vieira Vargas para a Alemanha; a do ex-ministro da Defesa José Viegas Filho para San Marino (Itália) e Albânia; a de Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, que já é embaixador no Cazaquistão, para as repúblicas do Turcomenistão e Quirguiz; e a de Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que já ocupa a embaixada no Vaticano, para embaixador junto à Ordem



Senado acolheu ontem várias indicações feitas pelo presidente da República

Soberana e Militar de Malta.

O Plenário também aceitou o nome de Paulo Lopes Varella Neto para o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) e o de Nelson José Hubner Moreira para diretor-geral

da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Também foi aprovado, para a diretoria de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), o nome de Herbert Drummond.

Heráclito registra multa do TCU contra o governador do Piauí

Heráclito Fortes (DEM-PI) comunicou ao Plenário decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), proferida ontem, condenando o governador do Piauí, Wellington Dias, a pagar multa de R\$ 25 mil pela movimentação irregular de recursos públicos repassados pela União para a execução de obras no estado.

– Evidentemente que o pagamento de R\$ 25 mil para ele não será nenhum problema, mas sair da condição de primário é um alerta para sua excelência, que vem há muito tempo brincando com os recursos públicos do Piauí – disse Heráclito.

No acórdão do TCU, os auditores destacam, contudo, que as movimentações irregulares das contas bancárias não acarreta-



Segundo Heráclito, governador "vem brincando com os recursos públicos"

ram prejuízos para os cofres da União, uma vez que os rendimentos obtidos com a aplicação inadequada dos recursos foram superiores àqueles que seriam auferidos caso o dinheiro tivesse sido depositado na conta apropriada, em obediência a normas federais.

Mais tempo para empresa recolher tributos federais

Foi lido ontem em Plenário o projeto que amplia em até dez dias os prazos de recolhimento de diversos tributos federais. O objetivo é fazer com que as empresas retenham durante mais tempo em caixa esses recursos.

Essa proposição (PLV 1/09, originário da Medida Provisória 447/08) se junta ao PLV 31/08, proveniente da MP 445/08, trancando a pauta de votações. Os prazos para recolhimento dos tributos federais variam do décimo ao 20º dia do mês seguinte ao do fato gerador. A MP 447/08 praticamente unifica todas as datas em apenas duas: 20º dia e 25º dia.



Uma comissão da Casa prepara comemorações do centenário de nascimento de Tancredo

Tancredo Neves receberá homenagem em 2010

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou que uma comissão da Casa está preparando as homenagens alusivas aos cem anos do nascimento de Tancredo Neves, que serão realizadas no ano que vem. Ontem, os 99 anos de Tancredo foram lembrados por Sarney.

– Celebramos a sua figura com reverência e os serviços que prestou ao Brasil – disse o presidente do Senado.

Vice de Tancredo na chapa eleita pelo Colégio Eleitoral em 1984, Sarney assumiu a Presidência da República em abril de 1985 com a morte do presidente, vítima de uma infecção. A homenagem recebeu o apoio de Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

ALVARO DIAS ENCAMINHA VOTO DE APLAUSO AO DIÁRIO POPULAR

Alvaro Dias (PSDB-PR) encaminhou à Mesa voto de aplauso ao jornal *Diário Popular*, de Curitiba, que completou 46 anos de fundação. O senador homenageou o fundador e diretor-presidente do periódico, Abdo Aref Kudri.

– Trata-se de um jornal que se moderniza, que procura viver seu tempo com muita autenticidade – destacou.

JAYME CAMPOS: "JONAS PINHEIRO FAZ FALTA A MATO GROSSO"

Jayme Campos (DEM-MT) lembrou ontem a passagem de um ano da morte de Jonas Pinheiro e disse que sua ausência "criou uma lacuna no Congresso".

– Uma das forças morais do Democratas, Jonas Pinheiro faz falta ao nosso partido, a Mato Grosso e ao Brasil – afirmou, destacando a luta do ex-senador pelo meio rural. Associaram-se à manifestação José Sarney (PMDB-AP), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Augusto Botelho (PT-RR).



Jayme Campos

FLÁVIO ARNS COMEMORA OS 50 ANOS DA PUC DO PARANÁ

Os 50 anos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) foram comemorados por Flávio Arns (PT-PR). O senador disse que a universidade tem hoje 27 mil alunos e mantém *campi* em Curitiba, Londrina, Toledo e Maringá.

Flávio Arns lembrou que seu pai, o professor Osvaldo Arns, foi reitor da instituição de 1973 a 1986. O cinquentenário foi saudado, em apertes, por Cristovam Buarque (PDT-DF), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Mão Santa (PMDB-PI).

Inácio Arruda propõe ano de homenagem ao poeta e cordelista cearense



Inácio Arruda lembra Patativa do Assaré

Nascido em 1909, na região do Cariri cearense, Antônio Gonçalves da Silva completaria hoje 100 anos. Seu conterrâneo, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), homenageou o poeta e cordelista, conhecido como Patativa do Assaré.

Arruda informou que a Casa realizará sessão especial em homenagem ao poeta e que está pronto para ser votado, na Comissão de Educação, projeto de sua autoria (PLS 302/08) que institui 2009 como o Ano Nacional Patativa do Assaré. Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou que recentemente, em 7 de fevereiro, transcorreu o centenário de nascimento de outro cearense: dom Hélder Câmara.

Comissões elegem novos presidentes

As 11 comissões permanentes do Senado Federal elegeram ontem os seus presidentes, colocando fim a um impasse que já durava um mês. Em dez comissões, o presidente foi eleito por acordo que levou em consideração o critério de proporcionalidade das bancadas – os par-

tidos com mais senadores tiveram preferência para escolher as suas comissões. Só houve disputa na eleição para a presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Pela proporcionalidade, o PT teria direito a indicar o presidente desse colegiado, mas o PMDB, argumentando

que havia se comprometido com o PTB a apoiá-lo em uma comissão importante, deu seus votos ao senador Fernando Collor (PTB-AL). Assim, Collor derrotou a candidata do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), por 13 votos a 10. Ideli recebeu os votos do PSDB. Durante as negociações para a

eleição do presidente do Senado, o PMDB concordou em apoiar Collor se o PTB desse os votos dos seus sete senadores ao candidato José Sarney (PMDB-AP), que disputou com o petista Tião Viana (AC). No começo, Collor reivindicava a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas o PSDB, ter-

ceiro maior partido da Casa, não abriu mão dessa comissão. As lideranças partidárias negociaram nas últimas semanas para evitar uma disputa. Na terça-feira, o presidente do Senado, José Sarney, convocou as comissões para eleger, com ou sem acordo, os seus presidentes e vices.



Garibaldi Alves (E), Adelmir Santana, Eliseu Resende, Lobão Filho e Antonio Carlos Júnior na comissão

Na CAE, Garibaldi debaterá soluções para crise

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) escolheu ontem os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Delcídio Amaral (PT-MS) para exercer os cargos de presidente e vice-presidente do colegiado, respectivamente, no biênio 2009/2010.

Essa foi a eleição mais fácil a que corri. Não pedi voto e fui honrado com essa manifestação de confiança por comissão tão importante – declarou Garibaldi, após a divulgação do resultado.

O processo de escolha foi presidido pelo senador Eliseu Resende (DEM-MG), membro mais idoso da CAE, e resultou em 26 votos a favor e 1 contrário à chapa única.

Embora ainda não tenha delineado um plano de trabalho para sua gestão, Garibaldi assume a presidência da CAE com o propósito de atuar em conjunto com a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e

da Empregabilidade, recém-instalada para analisar as causas da crise mundial e seus efeitos sobre a economia brasileira.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), também membro da CAE, chegou a sugerir a Garibaldi a convocação imediata de uma reunião extraordinária do colegiado para definir uma pauta de debates sobre a questão.

Além de fazer um balanço dos processos em andamento, Garibaldi pretende rever o trabalho das subcomissões ligadas à CAE. O novo presidente cogitou o enxugamento dessa estrutura, por acreditar que muitas subcomissões têm falhado em atingir os objetivos propostos. Uma maior aproximação da comissão com a Presidência do Senado foi outra meta listada.

A segunda reunião ordinária da CAE está marcada para a próxima terça-feira, às 10h.



Flexa Ribeiro e Lobão Filho foram escolhidos para comandar a Comissão de Ciência e Tecnologia até 2010

CCT será presidida por Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) foi eleito presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Lobão Filho (PMDB-MA), vice-presidente do colegiado. Ambos foram eleitos por unanimidade.

O senador destacou a importância da CCT e disse que “dará continuidade ao trabalho do primeiro presidente da comissão”, Wellington Salgado (PMDB-MG). Flexa Ribeiro afirmou que buscará incentivar as pesquisas em ciência e tecnologia no país, tanto por parte do governo quanto do setor privado.

Ao longo do tempo, o Brasil tem exportado talentos. Se desenvolvermos pesquisas científicas em nosso país, daremos condições para que esse trabalho seja desenvolvido no Brasil e, assim, podermos exportar o resultado desses talentos, ou seja, os conhecimentos que eles produzem – frisou.

Lobão Filho garantiu que trabalhará “de forma simbiótica” com Flexa Ribeiro para

contribuir com o desenvolvimento do país, que “avança com tecnologia e ciência”.

Gerson Camata (PMDB-ES) solicitou que Flexa Ribeiro defina o mais rápido possível uma pauta de trabalho para a CCT. Ele sugeriu que se criem dois grupos de estudo na comissão: um para descobrir “por que motivo as tarifas de celular e de energia elétrica brasileiras são as mais caras do mundo” e o outro para propor atualizações no Código Brasileiro de Telecomunicações. Flexa Ribeiro afirmou que criará os grupos.

Wellington agradeceu as homenagens e destacou a importância das telecomunicações “num momento em que o mundo está cada vez mais interligado”. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pediu a criação de leis que protejam as instituições e os cidadãos de roubos via internet, e a atualização das que já existem.

Flexa Ribeiro marcou nova reunião da CCT para a próxima quarta-feira, às 8h30.

Demostenes comandará os trabalhos na CCJ

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) é o novo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para o biênio 2009/2010. Ele vai comandar os trabalhos de um colegiado composto de 23 senadores titulares e igual número de suplentes. Em entrevista à imprensa após a eleição, Demostenes anunciou que pretende conferir prioridade a alguns projetos, como a reforma política e matérias que possam combater o excesso de medidas provisórias e que versem sobre segurança pública, agilização das leis e regulamentação da Constituição.

Realizada ontem, a eleição de Demostenes Torres só não foi por unanimidade porque Pedro Simon (PMDB-RS) preencheu equivocadamente a cédula de votação. O senador fez questão de esclarecer o erro, para retificar o voto, mas o resultado não pôde ser alterado: 22 votos a favor e 1 contrário.

Em seu primeiro pronunciamento como presidente da CCJ, Demostenes Torres lembrou que a reunião que o elegeram não poderia ser encerrada sem a escolha do vice-presidente do colegiado.

Mais tarde, a comissão voltou a se reunir e elegeram o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) para a vice-presidência.

Na entrevista, o novo presidente da CCJ afirmou que a quarta-feira foi um dia “especialmente feliz” em sua vida. Promotor de Justiça em Goiás, já tendo exercido os



Marco Maciel (E), ex-presidente da Comissão de Justiça, e Demostenes Torres, eleito com 22 votos

cargos de secretário de Justiça e de Segurança Pública no estado, o senador disse que, em sua gestão, pretende agilizar a votação de projetos que tramitam na comissão com o objetivo de esgotar a pauta.

– Vamos agilizar os trabalhos da CCJ e, se possível, aumentar o número de reuniões para esvaziar a pauta da comissão – informou.

Atualmente, tramitam na CCJ 1.792 pro-

Comissão	Presidente	Vice
Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	Delcídio Amaral (PT-MS)
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Demostenes Torres (DEM-GO)	Wellington Salgado (PMDB-MG)
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)	Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	–
Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)	Fernando Collor (PTB-AL)	Eliseu Resende (DEM-MG)
Comissão de Educação (CE)	Flávio Arns (PT-PR)	Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Comissão de Assuntos Sociais (CAS)	Rosalba Ciarlini (DEM-RN)	Paulo Paim (PT-RS)
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)	Valter Pereira (PMDB-MS)	Gilberto Goellner (DEM-MT)
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)	Renato Casagrande (PSB-ES)	Cícero Lucena (PSDB-PB)
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)	Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	César Borges (PR-BA)
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)	Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	Lobão Filho (PMDB-MA)
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)	Cristovam Buarque (PDT-DF)	José Nery (PSOL-PA)

Unanimidade na escolha de Flávio Arns

Por unanimidade, o senador Flávio Arns (PT-PR) foi eleito ontem presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Ele elogiou a gestão anterior de Cristovam Buarque (PDT-DF) e pediu a participação de todos os demais senadores na condução dos trabalhos da comissão, que classificou como “uma das mais importantes do país”. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) é a nova vice-presidente.

– Vamos promover um trabalho conjunto para fazer da nossa comissão um espaço privilegiado de debates nas áreas de educação, cultura e esporte – afirmou Arns, ao agradecer o apoio dos integrantes da CE.

A eleição foi presidida por Romeu Tuma (PTB-SP), o mais velho entre os presentes. Logo após a proclamação dos resultados, Fátima Cleide (PT-RO) cumprimentou o novo presidente em nome

da bancada do PT e disse ter certeza de que Arns daria continuidade, “com o mesmo rigor e dedicação”, ao trabalho que vem sendo desenvolvido nos últimos anos pela CE.

Marco Maciel (DEM-PE) destacou a afinidade entre Arns e a sua vice-presidente, Lúcia Vânia, apesar de ambos estarem em partidos diferentes. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ressaltou a importância da educação na sociedade brasileira, especialmente no momento em que se discutem formas de combate à corrupção.

José Nery (PSOL-PA) disse que Arns pode ser considerado “um exemplo na defesa das causas sociais”. Por sua vez, Marisa Serrano (PSDB-MS) observou que a CE sempre tem obtido grande presença de parlamentares em suas reuniões. E Cícero Lucena (PSDB-PB) lembrou que cada cidadão pode também ser responsável pela educação do país.



Flávio Arns prometeu fazer da Comissão de Educação “um espaço privilegiado de debates”

Rosalba: “trabalho persistente” na CAS

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) foi eleita por unanimidade presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para o próximo biênio. A vice-presidência do colegiado será exercida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), eleito na mesma reunião.

A senadora prometeu “olhar com carinho” para a área de saúde, um dos assuntos que estão sob a responsabilidade da CAS. Em sua opinião, é necessário debater questões ligadas à profissão de médico, bem como as voltadas à assistência. Rosalba ressaltou que trabalhará de forma determinada e persistente para que a comissão contribua para a melhoria das questões sociais do país.

A presidente eleita ressaltou ainda que temas relacionados aos jovens, aos idosos, à Previdência Social e à regulamentação de profissões também estão entre as atribuições da CAS e terão tratamento

adequado em sua gestão. E informou que há muitos projetos importantes tramitando na comissão, dos quais alguns receberão decisão terminativa na CAS.

No que diz respeito às profissões, a senadora citou o projeto de Romeu Tuma (PTB-SP) que regulariza o exercício das profissões de DJ (*disc-jockey*), produtor DJ (*produtor disc-jockey*) e profissional de cabine de som DJ (PLS 740/07). Rosalba Ciarlini afirmou que audiências públicas serão necessárias para discutir o tema com mais profundidade. A proposta está em exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, depois de aprovada naquela comissão, a CAS deverá se pronunciar a respeito em decisão terminativa.

Após tomar posse na presidência do colegiado, Rosalba Ciarlini marcou a primeira reunião da comissão para a próxima quarta-feira.



Rosalba Ciarlini elegeram-se presidente da Comissão de Assuntos Sociais; Paim, vice-presidente



Azeredo (E) observa que proposta de adesão da Venezuela ao Mercosul não chegou oficialmente à comissão

Battisti e Venezuela, primeiros temas da CRE

A concessão de refúgio político ao italiano Cesare Battisti, condenado na Justiça italiana por quatro assassinatos na década de 70, e a adesão da Venezuela ao Mercosul deverão ser os primeiros grandes temas em debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) neste ano. O anúncio foi feito ontem pelo novo presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), pouco após a sua eleição.

Dos 19 senadores que votaram, 18 assinalaram o nome de Azeredo, enquanto um voto foi pela abstenção. A vaga de vice-presidente só deverá ser preenchida em uma nova votação, uma vez que dependia de um entendimento entre as lideranças partidárias. A eleição foi conduzida pelo senador Paulo Duque (PMDB-RJ).

Logo depois de eleito, Azeredo comunicou a realização, hoje, da primeira reunião ordinária da CRE. O senador lembrou que

já existem diversos requerimentos à espera de votação pela comissão. Um deles é um requerimento de convite ao ministro da Justiça, Tarso Genro, para que explique à CRE os motivos que o levaram a conceder a Battisti a condição de refugiado político.

A proposta de adesão da Venezuela ao Mercosul ainda não chegou oficialmente à CRE, de acordo com o senador. Mas deverá ser objeto de um grande debate na comissão. O protocolo de adesão já foi aprovado pela Câmara e pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Para que se conclua a sua tramitação no Congresso Nacional, o protocolo ainda precisa ser votado pela CRE e pelo Plenário. A inclusão da Venezuela também necessita de aprovação do Parlamento do Paraguai, para ser oficializada. A proposta já foi aprovada pelos parlamentos de Argentina, Uruguai e Venezuela.



Combate ao desmatamento será uma das prioridades de Renato Casagrande, eleito por aclamação

Para a CMA, Casagrande e Cícero Lucena

Por aclamação, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) elegeram o senador Renato Casagrande (PSB-ES) como seu presidente para o biênio 2009/2010. Para vice-presidente, foi escolhido Cícero Lucena (PSDB-PB), também por unanimidade. O uso racional dos recursos naturais e o combate ao desmatamento estão entre os temas prioritários definidos pelo novo presidente.

Ao assumir o cargo, Casagrande disse que sua gestão terá três vertentes. Na questão ambiental, o ponto central é a defesa de um modelo de desenvolvimento que, como friso, promova o uso racional dos recursos. Além disso, ele quer enfatizar o combate ao desmatamento e às emissões crescentes de gases do efeito estufa. Para isso, pretende trabalhar em estreito diálogo com a Comissão de Agricultura e Reforma

Agária (CRA). Em relação à fiscalização das contas públicas, Casagrande prometeu empenho no sentido de ampliar a transparência das informações e a apuração célere das denúncias de irregularidades. Como parte do terceiro objetivo, ele adiantou que dará especial ênfase aos temas de defesa do consumidor, num momento em que a população brasileira tornou-se mais atenta e vigilante a seus direitos.

O vice-presidente, Cícero Lucena, disse que o Brasil precisa sair da fase de ficar apenas chamando a atenção para o problema do aquecimento global, evoluindo para a etapa de reverter os danos. Ele afirmou que o país, em decorrência da oferta de biocombustíveis, está bem à frente do mundo na questão dos veículos automotores e precisa trabalhar para não perder essa dianteira.

Participação do PTB na eleição para presidente da Comissão de Infraestrutura gera polêmica, por não levar em conta o critério da proporcionalidade

Importância da CDR no debate sobre desigualdades regionais

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) foi eleito ontem, por unanimidade, presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Para vice-presidente, os integrantes da comissão escolheram o senador César Borges (PR-BA), de forma também consensual.

Quintanilha ressaltou a importância da CDR no debate sobre as desigualdades regionais. Por sua vez, César Borges, ex-governador da Bahia, destacou a participação de Marco Maciel (DEM-PE) no colegiado,

observando que, como foi governador de Pernambuco, Maciel trará grande contribuição à discussão desse tema.

Gilberto Goellner (DEM-MT) salientou a necessidade de aprovação de proposta de Lúcia Vânia (PSDB-GO) com a finalidade de criar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Ao agradecer os senadores pela escolha do seu nome, Quintanilha elogiou a presidente anterior, Lúcia Vânia, e o ex-vice-presidente, Adelmir Santana (DEM-DF).

Collor (à mesa, ao lado de Mercadante e Ideli) disse que nada impedia seu partido, o PTB, de disputar o cargo



J. Freitas



José Cruz

Leomar Quintanilha (D) e César Borges: eleição por unanimidade

Discussão sobre os custos dos fertilizantes deve mobilizar CRA

Valter Pereira (PMDB-MS) foi confirmado ontem como o novo presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Ele concorreu em chapa única, acompanhado por Gilberto Goellner (DEM-MT), que será o vice-presidente do colegiado.

Valter Pereira disse que uma de suas prioridades será discutir a importação de fertilizantes e seus impactos nos custos do setor agrícola.

– O Brasil, hoje, é dependente de um pequeno grupo de em-

presas que exercem uma espécie de monopólio nesse segmento.

O senador também reiterou que a renegociação das dívidas dos produtores rurais – assunto recorrente na comissão – será outra de suas prioridades, “o que exigirá uma articulação intensa da CRA com o setor privado e com os ministérios da Agricultura e da Fazenda”.

Valter Pereira substituiu Neuto de Conto (PMDB-SC), que presidiu a comissão até 1º de janeiro. Gilberto Goellner substituiu Expedito Júnior (PR-RO).



Marlon Kallme

Valter Pereira (E), ao lado de Goellner: atenção para dívidas rurais

Em disputa acirrada, Collor fica com Infraestrutura

O senador Fernando Collor (PTB-AL) é o novo presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). A eleição foi realizada após acirrada disputa com a senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Collor obteve 13 votos, Ideli, 10.

Para a vice-presidência, foi eleito o senador Eliseu Resende (DEM-MG). Após o resultado, Fernando Collor, que recebeu apoio do PMDB, não quis falar sobre a sua eleição e encerrou os trabalhos.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) estranhou que a escolha do presidente da CI não tivesse obedecido ao princípio da

proporcionalidade partidária, a exemplo do que ocorreu nas demais comissões. Garantiu que, por esse princípio, a presidência da CI “estava reservada ao partido”. No seu entendimento, a eleição “feriu as tradições do Senado”.

Fernando Collor argumentou que a Constituição diz somente que a escolha dos presidentes das comissões deve ser feita, de preferência, “e não com todo rigor”, em obediência ao princípio da proporcionalidade entre os partidos políticos. Portanto, observou Collor, nada impedia que seu partido – o PTB – disputasse o cargo.

Ideli destacou que a quarta escolha, entre as comissões permanentes da Casa, caberia ao PT, já que o partido possui a quarta maior bancada.

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), recordou que, na última legislatura, o PMDB lutou para que Mercadante, por solicitação do PT, fosse o presidente da CAE, apesar de o partido não ser, na época, segundo ele, a quarta maior legenda na Casa. O que ocorreu, segundo Renan, foi um consenso partidário. Por isso, afirmou que não abriria mão dos “compromissos assumidos” para defender a candidatura de Collor.

Para Ideli e Virgílio, houve “um grave precedente” na CI

Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Ideli Salvatti (PT-SC) lamentaram, em Plenário, a abertura de um “grave precedente” para o Senado, como classificaram a eleição do senador Fernando Collor (PTB-AL) para a presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Pela proporcionalidade, a CI estaria destinada ao PT.

– Lamentamos profundamente que tenha sido quebrada a regra, a lei, a praxe da escolha pela ordem da proporcionalidade – assinalou Ideli, que disse aceitar a derrota e se posicionou como uma fiscalizadora do governo na CI.

Virgílio lamentou a postura do PTB, que não levou em conta a proporcionalidade e levou a escolha para o voto.

– Eu entendo que quem não respeita as regras é algoz hoje e pode ser vítima amanhã – disse.

Cristovam quer debater na CDH cinco direitos básicos do homem

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) será presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) no biênio 2009/2010. Em votação realizada ontem, foi eleito também o vice-presidente do colegiado, José Nery (PSOL-PA). Em entrevista à Agência Senado, Cristovam disse que pretende transformar a comissão em um “centro de debates”, para abordar a questão dos direitos humanos de forma ampla, com destaque para cinco direitos básicos do ser humano.

– O direito à migração, em que todos devem ter o direito de ir e vir; ao meio ambiente; à educação; à saúde, sem qualquer desigualdade; e ao emprego – esclareceu o senador.

Segundo Cristovam, a CDH também pretende dar todo o apoio aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES).

Na pauta da CDH, constam 67 projetos em tramitação, 11 dos quais com relatórios prontos, disponíveis para votação.



J. Freitas

Flávio Arns, Paulo Paim, José Nery e Cristovam, eleito presidente da CDH

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cicero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • César Borges • Mão Santa • Serys Slhessarenko • Geraldo Mesquita Júnior

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
 Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
 Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
 Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
 Arte: Cirilo Quartim e Oscar
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Marconi Perillo lembra os 15 anos do lançamento do Plano Real

Comemorando o 15º aniversário do Plano Real, Marconi Perillo (PSDB-GO) disse que, “embora a estabilidade econômica do Brasil seja uma vitória de todos os brasileiros, foram o PSDB e o então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso que lançaram as bases da disciplina monetária, da responsabilidade fiscal e da sustentabilidade financeira”.

– O PSDB quer reafirmar que os fundamentos macroeconômicos do Plano Real estavam absolutamente certos – frisou.

Marconi assinalou que as bases do Plano Real atingiram o âmago do problema de tal forma que o atual governo não promoveu mudanças na condução da política econômica.

– Foi com extrema ousadia e espírito público que criamos também o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro [Proer], hoje um exemplo a ser seguido pelos Estados Unidos e outros países abalados pela crise do sistema bancário – afirmou.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) assinalou, em aparte, que também fez, naquele momento, a defesa dos caminhos da economia, o que quase lhe



Marconi: “Fundamentos do Plano Real abriram caminho para a estabilidade” custou a expulsão do PT.

Incor-DF

Primeiro vice-presidente do Senado, Marconi participou, ontem, da assinatura de um convênio destinado a manter em atividade o Instituto do Coração do Distrito Federal (Incor-DF).

A gestão do hospital será assumida pelo Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul, em substituição à Fundação Zerbini, de São Paulo. Os demais participantes do convênio são o Ministério da Defesa, a Secretaria de Saúde do DF e a Câmara dos Deputados. Marconi informou que está elaborando projeto para dar ao Incor-DF as mesmas condições de funcionamento do Hospital Sarah Kubitschek.

Cassação de Jackson faz justiça ao pleito de 2006, diz Roseana

A senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) afirmou ontem que sempre confiou na Justiça e que a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinando a cassação do governador do Maranhão, Jackson Lago, fez justiça à vitória que ela deveria ter obtido nas urnas, nas eleições de 2006. A decisão, que cassou também o mandato do vice-governador, Luiz Carlos Porto, ocorreu na madrugada de ontem.

– Eu entrei na campanha com quase 70% de aprovação. Fiz uma campanha lícita, justa. Apresentei propostas. Ganhei em primeiro turno com quase 20% de votos acima do segundo colocado. Acho que agora foi feita a justiça.

Quanto à perspectiva de assumir o governo do estado, a senadora disse preferir esperar o fim do processo para se manifestar. Afirmou, no entanto, que, apesar de não haver ainda analisado a atual situação do Maranhão, ela se considera preparada para o cargo.

– Evidentemente, eu tenho uma boa experiência. Como já fui governadora durante sete anos, conheço bem o estado, conheço bem a máquina admi-



Roseana Sarney: “Conheço bem o estado e a máquina administrativa” nistrativa e já tenho alguns projetos pensados.

Programa

Roseana lembrou que, quando se candidatou, apresentou um programa de governo para o Maranhão. Ressaltou, no entanto, que ainda não resgatou o trabalho e que só o fará após a decisão final da Justiça.

Em sua opinião, a maior dificuldade para a administração do estado poderá decorrer da crise financeira mundial, que começa a afetar o Brasil. Roseana observou que já se verifica uma redução no Fundo de Participação dos Estados (FPE) e, sendo o Maranhão um estado pobre, depende muito das transferências que recebe.

Senador diz que tem procurado trabalhar com honradez e dignidade, além de respeito aos parlamentares e à população, não deixando de investigar nenhum tipo de acusação

Tuma é reconduzido mais uma vez à Corregedoria

COM 57 VOTOS favoráveis e um contrário, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) foi reconduzido ontem ao comando da Corregedoria Parlamentar – cargo que ocupa desde 2002, quando foi instalado o órgão. O cargo de corregedor é preenchido por indicação da Mesa do Senado e independe de partidos ou acordo de lideranças. O mandato, de dois anos, coincide com o do presidente da Casa.

Tuma disse que tem sido confirmado no cargo todos esses anos devido ao reconhecimento dos senadores pelo trabalho que desenvolveu na Corregedoria. O senador também credita ao fato



Tuma: “Eu acho que ninguém pode abrir mão da ética e da dignidade”

de ter sido policial por 50 anos a sua “vocação natural” para o cargo. Ele assinalou que tem procurado trabalhar com honradez

e dignidade, além de respeito aos senadores e à população, não deixando de investigar nenhum tipo de acusação para que o Conselho de Ética possa dar andamento no processo de apuração.

– Espero que haja tranquilidade no Senado e que ninguém cometa nenhum deslize – disse.

Tuma lamentou que não possam ser apurados os delitos cometidos pelo parlamentar antes de assumir o mandato.

– Eu sou contra. Eu acho que ninguém pode abrir mão da ética e da dignidade desde o começo da vida.

Senadores reagem a proposta de fixar mandato do diretor-geral

Os senadores Papaléo Paes (PSDB-AP), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Mão Santa (PMDB-PI) criticaram ontem, em Plenário, uma minuta de projeto de resolução encaminhada pelo líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), à Mesa, alterando o regulamento administrativo do Senado Federal para que seja definido um mandato fixo de dois anos para o diretor-geral da Casa.

O objetivo do projeto, segundo Mercadante, seria garantir a alternância necessária às boas práticas gerenciais e evitar possíveis vícios administrativos. Papaléo considerou infundadas as denúncias publicadas pela imprensa contra o ex-diretor-geral Agaciel Maia, que pediu

demissão do cargo.

– Se quiserem fazer algum tipo de insinuação ou fofoca, façam conosco [senadores], porque temos microfones para falar, para nos defender – disse Papaléo.

Heráclito lembrou que a permanência de Agaciel Maia por 14 anos consecutivos no cargo de diretor-geral se deu em razão não apenas da escolha feita pelos presidentes do Senado, mas, sobretudo, devido à sua competência técnica.

Mão Santa, que presidia a sessão, chamou a atenção para o fato de que o elevado valor da casa de Agaciel se dá mais em função da “supervalorização” do mercado imobiliário”.



Objetivo é garantir reintegração de áreas invadidas, diz Kátia Abreu

Kátia Abreu: CNA pede intervenção federal no Pará

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), registrou a decisão da entidade e da Federação de Agricultura no Pará de protocolar na Justiça pedido de intervenção federal no estado.

A solicitação, explicou, objetiva exigir da governadora Ana Júlia Carepa o cumprimento de 111 pedidos de reintegração de posse em benefício de proprietários rurais que tiveram fazendas invadidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

– Há dois anos que governo do Pará não convoca a Polícia Militar para fazer a reintegração de posse pacífica – disse a senadora, acrescentando que em seu estado – o Tocantins – o problema das invasões foi resolvido porque o governador cumpre as leis, acionando a polícia após a ordem judicial de reintegração de posse.

A CNA também pedirá, informou, a perda do mandato da governadora.



Centenas de servidores e trabalhadores terceirizados do Senado fizeram, ontem, uma homenagem a Agaciel da Silva Maia, ex-diretor-geral da Casa. Agaciel recebeu abraços e foi aplaudido no hall de entrada do Senado, conhecido como chapelaria. Ele deixou o cargo na última segunda-feira, dias após o jornal *Folha de S. Paulo* acusá-lo de não ter declarado ser proprietário da casa onde reside, no Lago Sul, bairro de Brasília.

Mão Santa critica ação do Ibama no Piauí



Mão Santa afirma que embargo ameaça mil empregos no estado

Mão Santa (PMDB-PI) criticou ontem o embargo a 13 fazendas de criação de camarão em cativeiro no litoral do Piauí, no fim de semana, pelo Ibama.

O senador ressaltou que a atividade é a que mais emprega trabalhadores da zona rural do litoral do estado e o embargo ameaça mil empregos. Segundo Mão Santa, há 14 fazendas dedicadas à carcinicultura. Ele leu manifestação de representantes do setor que afirmam ser esse um “verdadeiro ato de terrorismo contra os pequenos e médios produtores de camarão”.

Claudino comemora crescimento do turismo

João Vicente Claudino (PTB-PI) comemorou o crescimento do setor turístico nos últimos anos. Conforme o senador, a crise financeira não prejudicou a atividade no Brasil. Entretanto, disse, os números do setor ainda são modestos, pois o Brasil recebe apenas 1% do que se gasta com turismo no mundo.

De acordo com o Ministério do Turismo, afirmou o senador, 5,2 milhões de turistas visitaram o país em 2008, boa parte à procura do turismo ecológico e de aventura. Claudino elogiou a gestão do ministro do Turismo, Luiz Barreto, frente à pasta.



Claudino: país recebe apenas 1% do gasto mundial no setor

Mário Couto convoca parlamentares para mobilização em favor dos aposentados



Mário Couto: Lula "faltou com a verdade" durante a campanha

Mário Couto (PSDB-PA) convocou ontem os parlamentares que apoiaram as manifestações favoráveis à recuperação dos valores de aposentadorias e pensões, iniciadas no segundo semestre de 2008, a continuar o movimento fazendo ações cívicas para mostrar como vivem os aposentados do país.

– Vamos às ruas, vamos à rampa do [Palácio do] Planalto, fazer vigília. Se tiver que morrer, morre lá, no pé do presidente da República – disse.

O senador acusou o presidente Lula de ter "faltado com a verdade" ao prometer, durante a campanha, extinguir o fator previdenciário.

– E hoje, trata-os como mendigos, como inimigos ou como se não valessem nada.

Mário Couto também cobrou a votação, na Câmara, das proposições que beneficiam os aposentados, aprovadas no ano passado pelo Senado.

As propostas são o Projeto de Lei do Senado (PLS) 296/03, que

extingue o fator previdenciário; o Projeto de Lei da Câmara 42/07, com origem no Executivo, ao qual o Senado apresentou emenda estendendo aos benefícios pagos a aposentados e pensionistas a mesma política de reajuste do salário mínimo; e o PLS 58/03, que recompõe o valor das aposentadorias.

Reestatização da Embraer evitaria demissões, diz Nery

Para senador, empresa merece "a mesma vontade política que despeja recursos em bancos e montadoras". Não se pode permitir que o trabalhador pague a conta da crise, disse

O SENADOR JOSÉ Nery (PSOL-PA) cobrou a intervenção do governo para evitar as quase 5 mil demissões anunciadas pela Embraer e suspensas pelo Tribunal Regional do Trabalho de Campinas (SP).

– Por que [o governo] não retoma o controle da empresa e a reestatiza?

O parlamentar lembrou que a União é acionista da Embraer, já que um quinto da empresa é propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ).

José Nery afirmou que "a mesma vontade política que despeja recursos em bancos e montadoras" deve ser usada para salvar a Embraer. Para ele, não se pode permitir que os trabalhadores



José Nery lembra que a União é acionista da companhia

"paguem a conta da crise do capitalismo internacional".

Em aparte, o senador Lobão Filho (PMDB-MA) registrou a dispensa de 40 mil soldados pelo Exército e pediu que o Ministério da Defesa reveja a decisão.

Denúncias

Também em aparte, Sérgio Guerra (PSDB-PE) questionou José Nery a respeito de denún-

cia apresentada pela deputada Luciana Genro (PSOL-RS) apontando a existência de áudios e vídeos que comprovariam práticas de corrupção e crimes eleitorais cometidos pela governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius. Um ex-assessor de Yeda, Marcelo Cavalcante, seria ouvido pelo Ministério Público Federal, mas apareceu morto em Brasília. O MPF, segundo o PSOL, conheceria as denúncias.

Poucos dias antes de morrer, Cavalcante teria se reunido com a governadora. Segundo a deputada, o senador Sérgio Guerra teria participado da conversa. O fato foi negado mais uma vez pelo senador tucano, que acusou a deputada de "imprudência e irresponsabilidade pública".

Crivella questiona a criação de comissão sobre a crise

Marcelo Crivella (PRB-RJ) apresentou questão de ordem à Mesa do Senado acerca da criação da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade.

O senador disse que, em dezembro de 2008, foi aprovada a criação, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a partir de requerimento de sua autoria, de uma subcomissão permanente com o mesmo objetivo: "acompanhar e analisar medidas para combater a recessão e o desemprego oriundos da crise financeira mundial", nas palavras de Crivella.

Para o senador, a criação da Comissão de Acompanhamento

da Crise, em "decisão pessoal" do presidente do Senado, José Sarney, "não tem respaldo constitucional". De acordo com o Regimento Interno da Casa, disse o senador, não há amparo para o modo como a comissão foi criada. Na opinião de Crivella, "a criação desse colegiado deveria ter respeitado a proporcionalidade partidária e o pluralismo político". Assim, Crivella questionou Sarney se a criação da comissão foi feita de forma correta.

Em resposta, Sarney afirmou que o referido colegiado é uma comissão administrativa e não legislativa, cabendo, sim, ao presidente do Senado a "prática de atos administrativos relativos



Para Crivella, "criação do colegiado não respeitou proporcionalidade partidária"

à Casa". Sarney disse também que não houve qualquer interferência na CAE, que poderá manter em funcionamento a subcomissão. Ele prometeu ainda estudar a sugestão de Crivella de aumentar o número de membros da Comissão de Acompanhamento da Crise, para ampliar a representação dos partidos no colegiado.



Requião (E) pede a Sarney pressa na votação de projeto de resolução

Suposta dívida do Paraná com o Itaú preocupa Requião

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o governador do Paraná, Roberto Requião, que veio pedir pressa da Casa na votação do Projeto de Resolução 24/08, de Osmar Dias (PDT-PR). A proposta visa corrigir dispositivos de resolução anterior do Senado (47/07) que determinou a suspensão das multas cobradas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

– Na verdade é um débito que o estado teria supostamente com o Banco Itaú, que o estado não reconhece. E em função

desse débito, a Secretaria do Tesouro pune o estado. E passa a nos cobrar uma quantia de cerca de R\$ 6,7 milhões mensalmente – disse Requião.

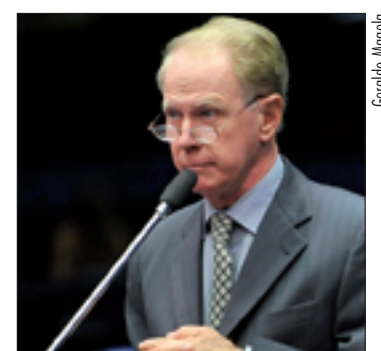
Segundo o governador, a questão havia sido resolvida por uma resolução votada no Plenário do Senado, mas o projeto teve "por contrabando" uma cláusula que acabou repassando à União a responsabilidade pelo pagamento de dívidas consideradas ilegítimas pelos estados. O novo projeto em tramitação na Casa derruba a exigência.

Camata registra a 11ª visita de Lula ao Espírito Santo

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) elogiou a disposição do presidente Lula de realizar hoje sua 11ª visita ao estado do Espírito Santo para a divulgação de novos investimentos.

A visita do presidente, informou Camata, começa pela parte oeste da ilha de Vitória, capital, onde dará início a uma série de programas sociais de urbanização, tratamento de esgoto e melhoria da qualidade de vida e também fará o lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

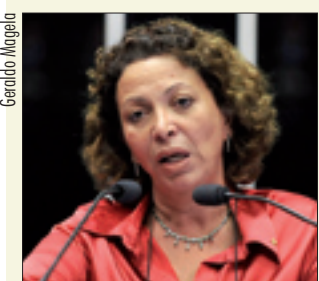
Depois, o presidente seguirá para Linhares, onde está localizado o complexo de gás natu-



Gerson Camata: presidente dará início a uma série de programas no estado

ral de Cacimbas, que terá sua segunda unidade inaugurada pelo presidente, aumentando a produção do estado de 12 milhões para 21 milhões de metros cúbicos diários, disse Camata.

Votos de aplauso à Caixa e a colonos alemães



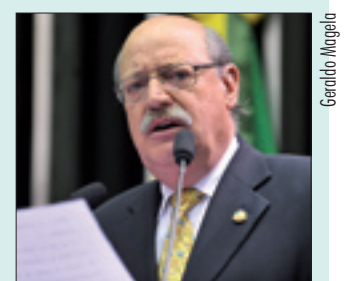
Ideli estende a homenagem a funcionários da Caixa

Até o dia 25 de fevereiro, a Caixa Econômica Federal pagou R\$ 957 milhões a 350 mil catarinenses vítimas de enchentes no ano passado. A liberação, referente ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), foi autorizada de forma emergencial pelo presidente Lula. Para efetuar o pagamento em tempo recorde, 986 empregados da Caixa de vários estados formaram uma força-tarefa em Santa Catarina. Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou voto de aplauso à Caixa e a esses trabalhadores. Em outro voto de aplauso, a senadora lembra os 180 anos da colônia alemã em Santa Catarina.

Neuto de Conto elogia parceria com Unilegis

Neuto de Conto (PMDB-SC) comemorou ontem o sucesso da parceria firmada entre a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) para ministrar cursos superiores a distância, com ênfase na modernização e qualificação dos servidores do Poder Legislativo nas esferas municipal, estadual e federal.

Conforme o senador, os cursos significaram o fim da segregação das pequenas e médias cidades do acesso à educação superior de qualidade. Os próximos passos, disse, serão cursos de pós-graduação.



Objetivo foi capacitar servidor do Legislativo, diz Neuto de Conto